

Movimentos de renovação política e a participação cívica no Brasil

Political renewal movements and civic participation in Brazil

Marcelo Burgos Pimentel dos Santos¹

Resumo: O presente trabalho apresenta os dados e análises iniciais de uma pesquisa sobre os movimentos de renovação política no Brasil. Para isso, faz um mapeamento e analisa o surgimento de movimentos da sociedade civil - Acredito, Agora e Renova BR - cuja ação propõe repensar novas formas da representação política. Os grupos analisados têm se organizado de modo a recrutar e formar jovens interessados na política com intuito de ocupar cargos eletivos nas esferas executivas e legislativas. Essas organizações se baseiam em modos online e offline e atuam na formação de cidadãos representantes da “nova política”, ideia que vem se desenvolvendo desde as Jornadas de Junho de 2013. Metodologicamente, o trabalho apresenta um breve debate sobre os conceitos envolvidos e a ação destes movimentos políticos. Faz ainda um mapa inicial da rede destes grupos, suas relações com outros atores da sociedade civil bem como o papel que desempenharam nas eleições de 2018.

Palavras-chave: Democracia; Participação; Movimentos Políticos; Renovação Política; Internet.

Abstract: The present work presents some initial data and analysis of an ongoing research about the political renewal movement in Brazil. For that, it maps and analyzes the emergence of civil society movements - Acredito, Agora and Renova BR - whose actions proposes to think new forms of political representation. Those groups have been organized in order to recruit and train young people interested in politics to occupy elective positions in the executive and legislative spheres. These organizations are based on online and offline models that aim to form citizens representing the “new politics”, an idea that has been rising since the Jornadas de Junho de 2013. Methodologically, this paper shows a brief review on the theoretical concepts and the actions of those political movements. It also maps their network, organization, the relations with other actors of civil society and their role in the 2018 elections.

Keywords: Democracy; Participation; Political Movements; Political Renewal; Internet.

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), ambos da UFPB. E-mail: marcelo.burgos@academico.ufpb.br

INTRODUÇÃO

A participação política cresceu nos últimos anos tanto em exigência para a consolidação democrática e incremento da sua qualidade (Diamond & Morlino, 2005) como numa tentativa de responder à crise da representatividade (Manin, 1997). As sociedades contemporâneas têm cobrado uma participação política mais ampla e complexa que exista para além dos momentos eleitorais. Algumas ações participativas, no Brasil e no mundo, desenvolvem dinâmicas e formatos que fomentam novas práticas políticas embasadas na participação cívica empoderada (Fung, 2004).

No Brasil observa-se a ampliação da participação nos processos políticos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF-88), que incorporou preceitos participativos e possibilitou novas formas de inserção da sociedade civil no âmbito de funcionamento do Estado. A CF-88 criou instrumentos como plebiscitos, referendos, atos de iniciativa popular (Moisés, 2010), além dos diversos conselhos de participação da sociedade civil (Chaia e Tótor, 2002)². Outro marco importante desta “era da participação” (Baiocchi e Ganuza, 2017) foi a criação dos Orçamentos Participativos (Baiocchi, 2018).

Ao mesmo tempo, também foram assegurados outros instrumentos como direito à greve, protestos, marchas etc., que a partir da crise de 2008 estão presentes na prática e gramática política do mundo. Mais recentemente a participação política também foi incorporada pela esfera digital através de dispositivos que permitem falar em uma tecnopolítica que envolve campanhas, mobilizações, governos e democracia no nível digital (Postill, 2018).

As possibilidades e arranjos participativos abriram oportunidades para a sociedade desenvolver e aprimorar os processos políticos, seja pela implementação de leis e projetos de iniciativa popular ou mesmo pela participação no ciclo de políticas públicas, por exemplo. Por outro lado, novas demandas no campo da política institucional e governança fizeram os governos criarem mecanismos de transparência, incorporação de propostas da sociedade civil entre outras ações com perspectiva de serem mais responsivos frente aos cidadãos e suas demandas, ampliando algumas dimensões da qualidade da democracia.

Assim observa-se uma discussão acerca da consolidação da democracia para além dos seus aspectos formais (ou minimalistas), ou seja, também passa por maior inclusão dos cidadãos nos espaços políticos. Obviamente, esse debate depende de variáveis como cultura política, envolvimento do cidadão, desenhos institucionais e recursos disponíveis, entre outros.

Outro fator importante é o desenvolvimento das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), especialmente a Internet³, que têm colaborado na criação de mecanismos e

² Vale destacar que o início o governo Bolsonaro, a partir de janeiro de 2019, vem tentando diminuir os espaços de participação, principalmente, aqueles que estão ligados à participação institucional. Como exemplo, pode ser citado a tentativa de fechamento (ou cerceamento) de diversos Conselhos Participativos.

³ O conceito de Internet se revela cada vez mais amplo, complexo e polissêmico. Compreendemos como Internet as práticas de navegação na World Wide Web (www) mas também o uso de aplicativos (apps) em smartphones e redes sociais virtuais como Facebook, Instragram, Snapchat, Twitter etc.

dispositivos de ampliação da participação, como consultas públicas, debates, acompanhamentos de atividades e ações políticas, acesso a informações e controle social e até mesmo espaços de deliberação. As TICs conectam cidadãos em uma rede global digital que auxilia em práticas políticas e novos desenhos institucionais ampliando os espaços de participação política.

O presente trabalho faz uma avaliação inicial dos novos movimentos de renovação política (também chamados de “start-ups” políticas) que têm sido usados por grupos da sociedade civil para organizar e formar jovens para atuarem no campo da política institucional. Nesse sentido, ao contrário de grupos que defendem uma “anti-política”, os grupos aqui analisados - Acredito, Agora e Renova BR - não defendem rupturas com a política tradicional. Ao contrário, reconhecem a importância da política institucional e agem dentro das instituições, incrementando a participação cívica no jogo político.

TRANSFORMAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A vida contemporânea tem passado por grandes transformações que desenvolvem novas formas de sociabilidade, contato, compartilhamento, mobilização e informação que, para além de impactarem a vida social, transformam a política (Subirats, 2011). A política, entendida em sentido amplo, é afetada, pois cada vez mais cidadãos utilizam das prerrogativas constitucionais de participação, cobrança e controle social (*accountability*) para pressionar por melhores usos da *coisa pública* por parte das “instituições públicas”, políticos e partidos. Abre-se a possibilidade para práticas democráticas mais participativas, cuja ideia principal é aprofundar a democracia na prática fazendo com que seja mais que uma ideia abstrata (Fung, 2004). Alguns autores apontam a ideia de democracia radical, amparada em pilares como cidadania, participação, comunidade e pluralidade para descrever o aprimoramento que a democracia necessita nos dias de hoje (Mouffe, 1992; Fenton, 2016).

A participação política nas democracias representativas, tradicionalmente costuma estar presente com mais frequência nas esferas institucionalizadas. A participação seria aquela que ocorre dentro das instituições políticas como o Executivo e o Legislativo. Porém, nos últimos anos e em diversos países, novas práticas participatórias têm crescido e mostrado a capacidade do Estado (em todos os seus contextos local e nacional) em ser permeável às vozes e anseios da sociedade, dependendo do grau de efetividade da democracia em cada país.

No Brasil, a CF-88 possibilitou novas formas de inserção de organizações da sociedade civil no Estado, seja pelas possibilidades de iniciativas populares, seja pela participação no ciclo de políticas públicas, além de Conselhos criados para desenvolver práticas de participação e deliberação não restritos ao momento eleitoral. A Constituição também promoveu um novo desenho federalista, com descentralização política e financeira nos contextos subnacionais, voltados a ampliar a participação local nas práticas políticas com maior autonomia e independência. Por isso surgiram novos espaços de proposições, discussões e mesmo deliberações que necessitam da participação dos cidadãos que tratam de uma dimensão mais participativa que parte da sociedade civil para o Estado (*bottom up*) e menos das relações que saem do Estado em direção à sociedade civil (modelo *top down*).

É possível observar a emergência de uma participação cidadã que, através de lutas pela participação, também desenvolvem práticas de cidadania insurgente (Holston, 2015). Esta participação existe quando o cidadão toma parte de um processo político, social e cultural por meio de ações coletivas organizadas e expressas em espaços públicos. E pode contemplar várias dimensões, dentre as quais se destacam a gestão nos processos de políticas públicas decisórias e o controle social dos cidadãos sobre as políticas públicas. A participação torna o cidadão mais ativo, fomenta a democracia e permite a formação de um maior engajamento político e percepção do bem comum (Meijer et al, 2009).

A participação dos cidadãos é um elemento valioso da cidadania democrática pois os interessados participam diretamente da solução dos problemas (Papadopoulos & Warren, 2007; Pinho, 2012). A participação no exercício democrático permite ao cidadão dizer diretamente o que deseja, fornece visibilidade e voz a indivíduos e minorias apartadas dos processos políticos, estimula habilidades e virtudes cívicas. Inclusive com potencial para a deliberação pública, que pode levar a decisões racionais baseadas na razão pública (bem comum), ampliando os resultados e a qualidade da democracia.

Outro aspecto relevante da contemporaneidade é o uso das TICs nestes processos. A utilização das ferramentas digitais - via Internet - pode ampliar a participação com mobilizações, divulgação de ideias e informações além da promoção de debates e acompanhamentos digitais reforçando as dimensões da cidadania na sociedade contemporânea.

A Internet possibilita novas oportunidades para os cidadãos participarem ativamente da vida política pois desenvolve mecanismos de mobilização e participação, entre outros. O uso de ferramentas digitais oferece usos, práticas e soluções para os problemas do campo político (Meijer et al, 2009). As mudanças oriundas das TICs transformam, diversificam e ampliam as formas de participação civil, criando uma agenda voltada aos estímulos da participação cidadã e identificação das novas possibilidades de intervenção popular na formulação e no processo decisório das políticas públicas (Fung, 2004).

Os mecanismos de organização em rede usam de dispositivos comunicacionais para tentar ampliar a participação dos cidadãos na vida pública, seja pela ação individual ou coletiva (Castells 1999, 2013; Subirats 2011). Os grupos analisados aqui ajudam na inclusão de cidadãos na vida política através de atuação parlamentar eletiva ou em assessorias e cargos comissionados, diminuindo os custos da participação e tornando-a mais interativa e democrática.

Vale lembrar que a ideia de participação cidadã também pode envolver conceitos como e-Participação ou participação online quando associada às TICs. A participação cidadã ocorre em diferentes níveis que partem de um elemento mais simples como a e-Infomação até chegar ao nível de e-Empoderamento, exemplificado pela transferência da influência, controle e formulação de políticas para o público (Tamborinus et al, 2007). Ou seja, as inovações tecnológicas potencialmente podem influir em novas formas de ação social e do fazer político.

Nesse contexto, o desenvolvimento das TICs aumenta as possibilidades de interação na esfera das políticas públicas e institucionais. Algumas ferramentas digitais permitem a redução dos custos de participação além de possibilitar a formação de práticas capazes de

estimular uma cultura cívica, facilitando a presença do cidadão dentro do processo político. Além desta possibilidade, as TICs também criam dispositivos, conectados a uma rede global de informações digitais que auxilia no desenvolvimento de novos desenhos institucionais, favorecendo a interação da gestão pública com o cidadão. Consequentemente, abrem-se possibilidades de ampliação para consultas, debates, deliberações, acompanhamento, acesso às informações e controle social, viabilizando a abertura de novos espaços de participação política, ampliando a inserção da sociedade civil nas arenas políticas e decisórias que passam pelo empoderamento cidadão.

Outra proposta para pensar a relação entre Internet e política se fundamenta no entendimento de 6 modelos de interação ou aprofundamento nas relações entre Internet e processos políticos democráticos que ajudam a entender a participação digital, a saber: “(i) o empoderamento da esfera pública, (ii) substituição das organizações tradicionais por novos grupos auto organizados digitalmente, (iii) democracia direta digital, (iv) apoio na confiança, (v) mobilização constituinte e (vi) controle apoiado na multidão social” (Fung et al: 2013, 30)⁴. Os grupos analisados têm cumprido alguns dos quesitos apontados por estes autores, com exceção da democracia direta digital pois ela não está incorporada nas práticas das instituições políticas brasileiras.

As mudanças estruturais originadas nas transformações tecnológicas passam a compor o cotidiano dos cidadãos com novas sociabilidades e articulação política, ao mesmo tempo de suas relações com o Estado. A política passa a ser afetada pelo estabelecimento dos dispositivos digitais pois cada vez mais cidadãos utilizam das prerrogativas democráticas de participação, cobrança e controle social (accountability) para pressionar políticos e suas instituições por melhores usos da coisa pública. E muitos o fazem pela Internet.

O Brasil conjuga novas formas de participação política dentro e fora das arenas institucionais, utilizando as TICs para a discussão e o desenvolvimento de diversas ações e práticas políticas. No âmbito da sociedade civil organizada (também presente nos movimentos autonomistas) é possível observar a utilização destas mesmas ferramentas para divulgação de ideias e posicionamento político-ideológico até a construção de mobilizações através dos usos das TICs, vide os movimentos surgidos a partir das Jornadas de Junho de 2013, passando pelo processo de impeachment de Dilma Rousseff, até os dias atuais com o início do governo Bolsonaro.

Além disso, as TICs também estão incorporadas em esferas da gestão pública, tanto no executivo como no legislativo, nas três esferas federativas: municípios, estados e União. Assim, o que se observa neste trabalho são os novos processos, espaços e práticas políticas oriundos da sociedade civil que são utilizados para fazer política.

Dessa forma, as possibilidades de participação cidadã são ampliadas e passa a ser possível contemplar temas emergentes de cidadania através da realização de ações políticas, inclusive com a inserção da sociedade civil nas arenas políticas e decisórias. Os

⁴ Tradução livre do autor.

dispositivos digitais têm ampliado e, de algum modo, alterado as possibilidades de trocas e debates sobre temáticas coletivas, públicas e comuns.

Nos casos analisados aqui, é possível observar que alguns setores da sociedade civil têm procurado se articular para participar das arenas político-institucionais através de novas formas de organização política e cursos de formação para participarem das eleições de 2018. Alguns grupos elegeram representantes no Congresso Nacional e em assembleias legislativas estaduais, além disso, também forneceram cidadãos para atuarem em assessorias institucionais em cargos não-eletivos.

SOCIEDADE CIVIL, MOVIMENTOS POLÍTICOS E PLATAFORMAS DIGITAIS NO BRASIL

Para Dijck (2013), o desenvolvimento da web 2.0 alterou as relações econômicas entre mercado e Estado ao permitir o desenvolvimento de novas formas de cooperação e a criação de redes entre indivíduos que formam uma nova esfera pública. A entrada em cena de plataformas como Facebook, Youtube, Twitter, por exemplo, auxiliam na promoção de uma cultura centrada em usuários que agem de modo mais colaborativo e participativo. Assim, as mudanças propiciadas pela web 2.0 ajudaram em experiências de cidadania digital e reinvenções da participação democrática em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

Antes de mais nada, plataforma é um conceito com muitos significados que envolvem desde a arquitetura em rede e computacional, passando por software, hardware e serviços de atividades sociais, alcançando também, figurativamente, uma construção sociocultural ou mesmo do estágio político de infraestrutura performativa (Dijck, 2013). Também processam metadados através de algoritmos e formatação de protocolos (que não são analisados aqui). Assim, plataformas e softwares estão produzindo muitas mudanças nas relações político-sociais no mundo contemporâneo através do empoderamento de indivíduos e das conexões com amigos, controles de representação e da noção de pertencimento de comunidades.

Em trabalho mais recente (Dijck et al, 2018), aprofundam ainda mais o debate entre cidadania digital e reinvenção democrática ao tratar dois tipos de plataformas, a saber: (i) plataforma de infraestrutura (conhecidas como “big fives”⁵) e (ii) plataformas setoriais, que são mais pontuais (como, por exemplo, notícias, transporte, educação, hotelaria etc.), mas que contam com apoio das plataformas de infraestrutura. As plataformas digitais promovem novos arranjos sociais ao estimularem debates sobre valores públicos e bens comuns. Os dois tipos de plataformas mantêm conexão entre si. Muitas vezes as “big five” auxiliam no desenvolvimento de plataformas setoriais com sites e aplicativos que integram o ecossistema de corporações e grupos. Muitas vezes grupos menores usam das plataformas disponibilizadas por estas “big fives”.

As plataformas funcionam como “conectores” e “complementares”⁶. As primeiras agem na concessão de indivíduos com hospedeiros (plataformas que os hospedam), as segundas agem

⁵ As empresas conhecidas como “big fives” são: Amazon, Apple, Google, Facebook e Microsoft.

⁶ No original aparecem como “connectors” e “complementors”.

quando indivíduos e organizações produzem serviços e produtos através das plataformas. Os grupos analisados neste trabalho são classificados nos dois tipos. São “conectores” quando colocam membros da sociedade civil conectados através de sua plataforma (e também presencialmente, como membro de um grupo) e como “complementares”, pois as plataformas também produzem serviços e demandas de seus associados.

O questionamento da política brasileira e seu sistema por parte da sociedade civil vem ocorrendo desde as Jornadas de Junho de 2013 pelos mais variados grupos do espectro ideológico. Assim, também surgiram ações políticas no seio da sociedade civil. Alguns destes movimentos e grupos chegam a defender rupturas institucionais e regimes de exceção enquanto outros defendem iniciativas de mudanças dentro das instituições ou por meio das “regras do jogo”, como é o caso dos grupos analisados aqui. Estes também apresentam diferenças, tanto em suas formas de atuação como no relacionamento que estabelecem com os partidos e instituições políticas.

Por volta de 2017, mais ou menos, surgiram novos grupos e movimentos políticos com propostas inovadoras no campo da política institucional, através da ocupação de cargos públicos, eletivos ou não, que defendam os valores sustentados por estes grupos. As propostas giram desde mobilizações cidadãs, caso do Acredito e Agora, até cursos para a formação de novas lideranças políticas, como é o caso do RenovaBR.

Enquanto vários grupos, sobretudo no campo da direita, se organizaram com propostas anti-establishment e mesmo antidemocráticas, estes grupos trilharam um caminho diferente, sem demonizar a política. Não agem fora das instituições, mas dentro delas. Não colocam o rompimento institucional ou mesmo democrático, procuram respeitar as instituições tradicionais e ocupar espaços dentro destas, por cidadãos interessados em políticas e em uma nova maneira de fazê-las, apoiadas em transparência, sem fisiologismo ou corrupção.

Como característica comum dos grupos analisados, fazem uso de plataformas políticas que elegeram representantes nas eleições de 2018 dando continuidade em 2020. Outro ponto comum é o apoio de setores do empresariado e lideranças de prestígio como, por exemplo, Luciano Huck, entre outros, que aderiram e promoveram essas ideias. Foram vários os grupos surgidos: Nova Democracia, Vamos, Nós, Livres, Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), Frente Favela Brasil, Bancada Ativista, Quero Prévias, Transparência Partidária além de Bancada Ativista e o Novo⁷, entre outros, além daqueles que serão analisados adiante. Mesmo com diferenças que tangem aspectos ideológicos e formas de atuação e proposição, os grupos analisados aqui, reconhecem e estabelecem diálogos com as instituições políticas tradicionais.

⁷ O Novo se constituiu em um partido e disputou eleições em 2018, com candidato à Presidência, João Amoedo. Além disso, elegeu o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, além de alguns deputados, tanto em nível federal como em nível estadual.

RENOVA BR

O primeiro grupo analisado é o Renova BR⁸ que tem obtido bastante destaque e apoio entre empresariados e outros setores da sociedade civil. Diferente do Movimento Agora! ou Movimento Acredito que possuem causas e posicionamento, o Renova BR age com mais intensidade na formação de líderes. Para isso conta com professores com atuação tanto no serviço público como na iniciativa privada como, por exemplo, Ricardo Paes de Barros, Eduardo Gianetti, Bernard Appy, Renato Sérgio e Lima, Marcos Lisboa, Priscila Cruz, entre muitos outros. Sua ação consiste em mapear e angariar cidadãos da sociedade civil que tenham interesse em participar mais ativamente da política e auxiliar na formação dessas pessoas.

A partir das eleições de 2018, o Renova BR realiza cursos políticos a fim de ampliar e capacitar quadros oriundos da sociedade civil para tomarem parte no processo eleitoral, sendo este seu principal objetivo. Nas eleições de 2018 foram disponibilizadas bolsas de estudo (no valor que variava entre R\$ 5.000,00 e R\$ 12.000,00⁹) para permitir que seus alunos e alunas pudessem se dedicar integralmente ao curso oferecido e às campanhas políticas (Santos, 2019).

Entre os apoiadores e financiadores do projeto inicial nas eleições de 2018, é possível identificar nomes como o do empresário Abílio Diniz, o do publicitário Nizan Guanaes, o do ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga e do seu idealizador Eduardo Mufarej, cuja trajetória também vem do mercado financeiro.

Nas eleições em 2018, foram oferecidas 133 vagas em seu curso de formação política. Deste montante resultaram 117 candidaturas distribuídas em 22 partidos políticos em todo o espectro político com exceção da extrema esquerda. As candidaturas também estiveram presentes em diversos estados e regiões do País, de norte a sul. Foram eleitas 17 pessoas com um total de 4,5 milhões de votos aproximadamente¹⁰ (Renova BR, 2018), conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 1: Candidatos eleitos com apoio do Renova BR (em ordem alfabética)

Candidato	Cargo/Estado	Partido
Alessandro Vieira	Senador/SE	Rede
Daniel José	Dep. Estadual/SP	Novo
Davi Maia	Dep. Estadual/AL	DEM
Fabio Ostermann	Dep. Estadual/RS	Novo
Felipe Rigoni	Dep. Federal/ES	PSB
Heni Ozi Cuckler	Dep. Estadual/SP	Novo
Joênia Wapichana	Dep. Federal/RR	Rede

⁸ Ver: <http://www.renovabr.org>. Consultado em: 01/10/2020.

⁹ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1954601-curso-para-politicos-mistura-profissionalizacao-e-clima-de-bbb.shtml>. Consultado em: 01/10/2020.

¹⁰ Para mais detalhes ver: Renova BR - Relatório Anual 2018. Disponível em: <https://media.renovabr.org/uploads/2020/07/Relatório-2018.pdf>. Consultado em 01/10/20.

Candidato	Cargo/Estado	Partido
Lucas Gonzalez	Dep. Federal/MG	Novo
Luiz Lima	Dep. Federal/RJ	PSL
Marcelo Calero	Dep. Federal/RJ	PPS
Marina Helou	Dep. Estadual/SP	Rede
Paulo Gamine	Dep. Federal/RJ	Novo
Renan Ferreirinha	Dep. Estadual/RJ	PSB
Ricardo Mellão	Dep. Estadual/SP	Novo
Tabata Amaral	Dep. Federal/SP	PDT
Tiago Mitraud	Dep. Federal/MG	Novo
Vinícius Poit	Dep. Federal/SP	Novo

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das informações do Renova BR

Todas as candidaturas eleitas¹¹ com o apoio do Renova BR têm compromisso assumido com a ideia de transparência com o leitor, responsabilidade com dinheiro público, como pode ser visto na economia com verbas de gabinete e da cota parlamentar (quando é o caso) e como pode ser visto no Relatório Anual de 2019¹². Também defendem a reforma política como mecanismo de aperfeiçoamento da democracia. Outra pauta desse grupo eleito foi a defesa da Reforma da Previdência, independente da ideologia do partido político pelo qual se elegeram. Como pode ser observado pelo perfil das candidaturas de seus “alunos”, o Renova BR se coloca como suprapartidário e na tentativa de superar o embate entre direita e esquerda em nome de uma nova política, mais pragmática ou de resultados práticos.

131.....

ACREDITO

O movimento Acredito defende a renovação da política brasileira e a luta por um país menos desigual. Para isso propõe a mudança¹³ em princípios, práticas e pessoas, com intenção de transpor as profundas desigualdades enraizadas na sociedade brasileira (Santos, 2019). Os objetivos do movimento estão fundados em projetos de médio e longo prazo (10 anos) e possuem como meta a influência na política brasileira através de valores que começariam a ser implementados nas eleições de 2018. Para isso, promoveram campanhas de mudanças e renovação do Congresso Nacional através dos votos naquele pleito. Ao contrário do Renova BR, que conta com doações de empresários, sua sustentabilidade financeira está baseada em pessoas físicas que devem seguir algumas regras para fazê-lo.

O movimento também estimula a formação de novas lideranças políticas com novas práticas. Também se colocam como suprapartidários na tentativa de superar a bipolarização entre direita e esquerda, ou entre Estado mínimo *versus* Estado grande. Entendem

¹¹ Para mais detalhes ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/grupo-apoiado-por-luciano-huck-renovabr-elege-16-de-120-candidatos.shtml>. Consultado em: 01/10/20.

¹² Para mais detalhes ver: https://media.renovabr.org/uploads/2020/07/relatorio_anual-renova-v7-1.pdf. Consultado em 01/10/20.

¹³ Para mais detalhes ver: <https://www.movimentoacredito.org/site>. Consultado em: 05/10/2020.

que o jogo político é mais complexo que a polarização atual que divide o campo político em *nós versus eles*, sem importar quem é o nós ou eles.

É possível observar uma questão fundamental para o Acredito, que a mudança ocorre dentro da política e não fora dela com rupturas institucionais. Há o reconhecimento da importância dos partidos para as práticas e ações políticas institucionais que deve ocorrer aos poucos dentro das regras do jogo democrático. A participação de seus filiados ocorre dentro dos limites da democracia e da disputa eleitoral. Este movimento apoia candidaturas que sejam representantes desse novo jeito de pensar a política. Sua proposta da agenda política é alicerçada em pautas compartilhadas por seus membros, mais do que por fidelidade partidária. Assim como nos outros grupos, seus integrantes compõem partidos de todas as matizes ideológicas.

Nas eleições de 2018, por exemplo, lançou 28 candidaturas e conseguiu eleger 4 representantes (um deputado estadual, dois deputados federais e um senador), conforme tabela abaixo.

Tabela 2: Candidatos eleitos que participaram do Acredito (em ordem alfabética)

Candidato	Cargo/Estado	Partido
Alessandro Vieira	Senador/SE	Rede
Felipe Rigoni	Dep. Federal/ES	PSB
Renan Ferreirinha	Dep. Estadual/RJ	PSB
Tabata Amaral	Dep. Federal/SP	PDT

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das informações do Acredito

O Acredito tem como prioridades: (i) combate à violência e corrupção; (ii) as reformas política e tributária; (iii) um novo FUNDEB; (iv) políticas sociais universais; (v) valorização da cultura brasileira; (vi) aumento da concorrência bancária; (vii) gestão pública moderna e eficiente; (viii) economia inclusiva e competitiva; (ix) Congresso Nacional mais transparente, participativo e representativo; (x) melhor formação policial; (xi) transparência de dados; (xii) nova política anti privilégios; (xiii) partidos democráticos e transparentes; (xiv) sociedade diversa e livre; (xv) redução de desigualdades; (xvi) campanhas (eleitorais) baratas e propositivas e; (xvii) sustentabilidade econômica e social¹⁴.

Para alcançar seus propósitos, o Acredito tem como fundamento estes temas e pautas que são suas prioridades no Congresso Nacional. Também agem em níveis locais ao promoverem o empoderamento político nas comunidades através do programa de formação de lideranças cívicas locais e, para isso, são realizadas ações presenciais e virtuais, reforçando o papel das plataformas digitais nas práticas políticas. Suas ações presenciais contam com a participação nas atividades dos seus núcleos, ações locais e mobilização. No nível municipal são priorizadas as agendas locais cuja organização e mobilização são voltadas para as soluções das cidades (e já estão em processo de organização para o pleito municipal de 2020). Além disso, também se realizam capacitações e reuniões presenciais em esferas locais e nacionais.

¹⁴ Para mais detalhes, ver: <https://movimentoacredito.org/prioridades/>. Consultado em: 05/10/2020.

AGORA!

O último movimento analisado é o Agora!¹⁵ que surgiu em 2016 com intuito de renovar a política através de sua ação originada da sociedade civil e sem vinculação partidária. Sua composição é de pessoas oriundas de diferentes áreas de formação. O Agora! também se propõe a analisar e a buscar propostas e soluções para os problemas do país. O movimento defende e estimula o engajamento cívico “dentro e fora do governo” e também o debate sobre políticas públicas, dentro da lógica de monitoramento, avaliação e controle social baseados em evidências. O grupo se classifica como uma plataforma de liderança com interesse na discussão e aplicação de políticas públicas no Brasil¹⁶.

Alguns de seus membros fundadores também estão engajados em outros movimentos, principalmente o Renova BR, como Eduardo Mufarej Priscila Cruz, Armínio Fraga e Luciano Huck, por exemplo. Há também outros atores da sociedade civil e academia como Mônica de Bolle, Carlos Jeiressati Filho, Ronaldo Lemos e Ilona Szabó, por exemplo. Seu financiamento inicialmente foi garantido pela contribuição de seus membros. Posteriormente passou a aceitar doações de outras pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos (Santos, 2019).

O grupo também faz eventos e ações em níveis locais, estaduais e federal nos quais mescla ações presenciais e virtuais, como o próprio Acredito. As ações virtuais consistem em seguir e compartilhar postagens nas redes sociais, ampliando a divulgação de suas ideias e outros eventos, aumentando a mobilização cidadã. Mas, para aprofundar a sua relação com o movimento e para ter acesso a todas as atividades do grupo, tanto presencial como digitalmente, é preciso se tornar membro efetivo.

Para isso, o movimento estabelece parcerias e associações com cidadãos que compartilhem seus valores e ideais e queiram fazer parte como associados. Para isso devem preencher um formulário e aguardar contato do grupo. A adesão é voluntária e há estímulo para participação dos eventos locais. Mas o associado deve cumprir alguns pré requisitos como ser maior de idade e estar em conformidade com a Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/2010), além de não ter pendência na justiça cível e criminal. Em dezembro de 2019 contava com 2000 membros (Agora, 2019: 8).

O Agora! tem como prioridade o entendimento, desenvolvimento e atuação das políticas públicas em áreas específicas como: (i) combate às desigualdades; (ii) sustentabilidade; (iii) segurança pública; (iv) Reforma do Estado; (v) educação; (vi) saúde; (vii) govtech (governo tecnológico ou digital) e; (viii) economia¹⁷. Sua ação também consiste em proposições de políticas públicas a serem adotadas pelos políticos eleitos, não só ligados ao movimento, mas também nos outros cargos que, por ventura, venham a ocupar. Suas propostas são fomentadas através do debate e elaboradas com a ajuda de estudiosos

¹⁵ Para mais detalhes, ver: <http://www.agoramovimento.com>. Consultado em: 08/10/2020.

¹⁶ Para mais detalhes, ver: <https://www.agoramovimento.com/termos-e-condicoes>. Consultado em 10/10/2020.

¹⁷ Para mais detalhes, ver: <https://www.agoramovimento.com/prioridades/#1568132113156-b555aa18-2e-bc>. Consultado em 08/10/2020.

das áreas. Para isso, utilizam dos temas elencados, fundamentados em dados sobre a realidade brasileira, mas também em observações nas experiências internacionais.

No que tange o apoio a candidaturas, seus membros têm liberdade de se lançarem candidatos de forma independente do movimento. Nas eleições de 2018, o Agora! elegeu 2 deputados federais: Joênia Wapichana (Rede) e Marcelo Calero (PPS), além de um deputado distrital em Brasília: Leandro Grass (Rede), conforme tabela 3 abaixo.

Tabela 3: Candidatos eleitos que participaram do Agora! (em ordem alfabética)

Candidato	Cargo/Estado	Partido
Joênia Wapichana	Dep. Federal/RR	Rede
Leandro Grass	Dep. Distrital/DF	Rede
Marcelo Calero	Dep. Federal/RJ	PPS

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das informações do Agora!

Além dos eleitos, também houve mais 15 candidaturas que não obtiveram sucesso eleitoral e um total de votos em cerca de 250 mil votos¹⁸. O Agora! também atua em outras esferas do serviço público, fornecendo quadros para ocupação de postos no serviço público como cargos comissionados, desde as esferas municipais e estaduais até o âmbito federal como é o caso, por exemplo, de Hussein Kalout que foi Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República durante o governo de Michel Temer. Em relação a 2018 alcançaram a meta de ampliar o número de ocupantes nesses cargos para 2019. É possível observar membros do Agora! em diversos cargos públicos como secretarias e assessorais, tanto legislativas como executivas espalhados pelo Brasil (Agora, 2019: 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados fazem parte de uma pesquisa ainda inicial que deverá ser aprofundada nos próximos anos. Porém, já é possível observar algumas ações e práticas dos grupos estudados, bem como diferenças. Os três movimentos fazem usos dos dispositivos das TICs para ajudar em suas campanhas de mobilização, divulgação e publicização de seus valores e ideais. No geral, fazem um uso misto de ações digitais e presenciais para se colocarem como atores no debate e na atuação política no Brasil contemporâneo. Também estabelecem contato e redes de conexão com outros movimentos similares dentro do país, como ocorre com os grupos aqui observados e descritos na tabela abaixo:

Tabela 4: Cruzamento dos candidatos eleitos que participaram de mais de um movimento

Candidato	Cargo/Estado	Partido	Movimentos
Alessandro Vieira	Senador/SE	Rede	Renova BR/Acredito
Felipe Rigoni	Dep. Federal/ES	PSB	Renova BR/Acredito
Renan Ferreirinha	Dep. Estadual/RJ	PSB	Renova BR/Acredito

¹⁸ Para mais detalhes ver: <https://www.agoramovimento.com/resultado-do-primeiro-turno-das-eleicoes-2018>. Consultado em: 08/10/2020.

Candidato	Cargo/Estado	Partido	Movimentos
Tabata Amaral	Dep. Federal/SP	PDT	Renova BR/Acredito
Joênia Wapichana	Dep. Federal/RR	Rede	Renova BR/Agora!
Marcelo Calero	Dep. Federal/RJ	PPS	Renova BR/Agora!

Fonte: Elaborada pelo autor a partir das informações dos movimentos: Renova BR, Acredito e Agora!

O cruzamento entre movimentos e indivíduos ocorre dentro da lógica da sociedade em redes (Castells: 1999) e também dos “conectores” e “complementares”, conforme apontado por Dijck et al (2018). Agem como “conectores” ao colocarem cidadãos em conexão uns com outros através de suas plataformas e como “complementares” pois os movimentos em suas plataformas produzem serviços e demandas dos seus membros. Destacando ainda que Renova BR utilizou sua plataforma para cursos online. Mais ainda, apoiados em plataformas de infraestrutura que fazem parte das grandes corporações, como Facebook, Instagram, Twitter, se apropriam delas para suas plataformas setoriais (Dijck et al, 2018) com intuito de mobilizarem ações e engajamentos cívicos nas esferas políticas. Assim, conseguem impor agenda política ao elegerem seus associados para cargos eletivos, como ocorreu com os três movimentos analisados.

As TICS auxiliam o desenvolvimento de interesses no campo político através de ações que promovem o interesse comum de determinados grupos e também por permitir práticas associativistas e comunitárias, ou seja, novas práticas políticas. O potencial de interação, mobilização, divulgação na rede permite aos cidadãos atuarem tanto em nível local como nacional, desenvolvendo uma cultura cívica mais participacionista. Dessa forma, abre-se a possibilidade para a prática de uma democracia mais participativa ou direta auxiliada pelos recursos digitais. As inovações tecnológicas podem influir em novas formas de ação social e do fazer político, articulando real e digital (Santos, 2019). A ideia dos movimentos consiste em defender que a democracia é mais que uma ideia abstrata, mas, sim, uma prática viva que se luta com intuito de seu aperfeiçoamento (Fung, 2004).

As TICs oferecem oportunidades e mecanismos para a crise da democracia ao possibilitar novas formas de cooperação entre o governo (em suas diferentes esferas de atuação), o mercado e a sociedade civil. Tudo isso graças a suas características de organização em rede, produção colaborativa e a interatividade.

Os movimentos analisados possuem elementos comuns de atuação política como o fato de se colocarem como suprapartidários e na tentativa de deslocamento do embate entre esquerda e direita. Outra semelhança é a defesa de valores democráticos e a ideia de mudar a política por dentro de suas instituições e não como antipolítica como outros grupos tem proposto no Brasil de Bolsonaro. Estes novos atores ocupam os espaços da política formal através dos cargos eletivos obtidos ou indicados e defendem valores do grupo como, por exemplo, ética, democracia, combate à corrupção, gestão fiscal responsável, sustentabilidade, respeito às liberdades individuais e vontade de servir a sociedade etc.

Enfim, as eleições de 2018 foram a primeira experiência eleitoral destes movimentos cívicos na política e as novas possibilidades, tensões e conflitos ainda serão investigadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGORA (2018). *Relatório de Gestão 2018*. Disponível em: http://www.agoramovimento.com/wp-content/uploads/2019/03/RelatorioDeGestao2018_vFINAL_MEMBROS.pdf. Consultado em: 12/10/2020.
- AGORA (2019). *Relatório Anual 2019*. Disponível em: <https://www.agoramovimento.com/wp-content/uploads/2020/06/Relatório-Anual-2019.pdf>. Consultado em: 12/10/2020.
- BAIOCCHI, Gianpaolo (2018). *We, the Sovereign*. Cambridge (UK); Medford (MA-USA): Polity Press.
- BAIOCCHI, Gianpaolo; GANUZA, Ernesto. (2017). *Popular Democracy: the paradox of participation*. Stanford (CA-USA): Stanford University Press.
- CASTELLS, Manuel (1999). *Sociedade em Rede*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (2013). *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CHAIA, Vera; TÓTORA, Silvana (2002). Conselhos Municipais: descentralização, participação e limites institucionais. In: *Cadernos Metrôpole*, v. 8, nº 1, p. 69-102.
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. (2005). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- DIJCK, José van (2013). *The Culture of Connectivity*. New York, NY: Oxford University Press.
- DIJCK, José van; POELL, Thomas; WALL, Martijn de. (2018). *The Platform Society*. New York, NY: Oxford University Press.
- FENTON, Natalie. (2016). *Digital, Political, Radical*. Cambridge (UK); Malden (MA): Polity Press.
- FUNG, Archon. (2004). *Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy*. Princeton (NJ-USA): Princeton University Press.
- FUNG, Archon; GILMAN, Hollie; SHKABATUR, Jennifer (2013). Six Models for the Internet + Politics. In: *International Studies Review*, vol 15, p 30-47.
- HOLSTON, James (2015). *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MANIN, Bernard (1997). *The Principles of Representative Government*. Cambridge (UK): Cambridge University Press.
- MEIJER, A.; BURGER, N.; EBBERS, W (2009). Citizens4Citizens: Mapping Participatory Practices on the Internet. In: *Electronic Journal of e-Government*, Vol. 7, Issue 1, pp. 99-112.
- MOISÉS, José Álvaro. (2010). *Democracia e confiança*. São Paulo: EDUSP.
- MOUFFE, Chantal (1992). *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community*. London: Verso.
- PAPADOPOULOS, Yannis & WARIN, Philippe. (2007). Are innovative, participatory and deliberative procedures in policy making democratic and effective? In: *European Journal of Political Research*, 46(4), 445-472.
- PINHO, José Antonio (org.) (2012). *Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas*. Salvador: EDUFBA.

POSTILL, John (2018). *The Rise of Nerd Politics: digital activism and political change*. London: Pluto Press.

RENOVA BR (2018). *Relatório Anual 2018*. Disponível em: <https://media.renovabr.org/uploads/2019/07/RELATÓRIO-ANUAL-2018.pdf>. Consultado em: 12/10/2020.

RENOVA BR (2019). *Relatório Anual 2019*. Disponível em: https://media.renovabr.org/uploads/2020/07/relatorio_anual-renova-v7-1.pdf. Consultado em: 12/10/2020.

SANTOS, Marcelo Burgos (2019). Plataformas digitais e o incremento da participação cívica no Brasil. *Anais do IV Encontro Internacional Participação Democracia e Políticas Públicas*. UFRGS: Porto Alegre.

SUBIRATS, Joan. (2011). *¿Otra sociedad, otra política?* Barcelona: Icaria Editorial.

Recebido em 21/11/2020 – Aprovado em 21/11/2020